

Assembleia hoje debate contraproposta do STF

O SINTRAJUSC convoca para esta quinta-feira, 30, às 16h, no TRE-SC, Assembleia Geral da categoria.

A definição segue orientação da Fenajufe de realização de Assembleias no máximo até hoje, a fim de que os resultados sejam debatidos na Reunião Ampliada de 31 de agosto. O objetivo da Assembleia é debater a contraproposta apresentada ontem pelo STF (tabela no verso).

A orientação é que a Greve seja mantida, até porque ainda não há formalização da proposta junto ao MPOG. Os servidores em Greve na Justiça Eleitoral também chamam os colegas a construir o apagão da Justiça Eleitoral amanhã, dia 31.

ATO UNIFICADO

Ainda nesta quinta, às 14 horas, haverá Ato Unificado dos Servidores Públicos Federais com con-

centração na Praça Pereira Oliveira, ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho (TAC).

NEGOCIAÇÃO

A Fenajufe reuniu-se ontem com o diretor geral do STF, Amarildo Viana, para debater a proposta de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. Segundo Amarildo, em reunião na terça-feira, 28, com o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, os representantes do STF apresentaram alternativas que buscavam ampliar o percentual referente ao impacto na folha de pagamento, para além dos 15,8% proposto pelo Palácio do Planalto.

Sérgio Mendonça, em reunião no mesmo dia, levou essa proposta à ministra Miriam Belchior, que a rejeitou de imediato, afirmando que o governo mantinha o índice

de 15,8%, a ser implementado em três anos, até 2015.

Amarildo informou aos coordenadores da Fenajufe que, por volta das 22 horas, o próprio ministro Ayres Britto entrou em contato com Belchior para reforçar a defesa da alternativa sugerida pelo STF. De acordo com o DG do Supremo, na conversa com a ministra do Planejamento não houve avanço em relação à melhoria da proposta.

Diante dessa negativa por parte do governo, o diretor geral informou à Fenajufe que o STF buscou, com base no limite da negociação com o governo, chegar a uma melhor alternativa de reajuste para os servidores. Amarildo informou que a alternativa a ser trabalhada é o aumento do percentual da GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária) e a extinção de dois padrões iniciais de cada cargo, em relação aos 15 padrões atuais.

HOJE, 30, ATO UNIFICADO ÀS 14H

Concentração na Praça Pereira Oliveira, ao lado do TAC

Além disso, o STF também informou que vai trabalhar pela aprovação do PL 319/07, que tramita na CFT (Comissão de Finanças e Tributação) e garante o adicional de qualificação para os técnicos judiciários.

Até sexta-feira haverá novas reuniões entre a Fenajufe e o STF e entre o STF e o Executivo. Independentemente da contraproposta apresentada, nenhum tipo de reajuste salarial está garantido. Por isso a orientação é de manutenção e ampliação da Greve nesses dias decisivos para garantirmos a reposição no orçamento e em lei.

Fonte: Fenajufe com informações do Sintrajusc

Direito de Greve na pauta do governo

A mídia vem noticiando que o Palácio do Planalto vai encaminhar ao Congresso, logo após as eleições municipais, um projeto de lei para regulamentar as Greves no serviço público e evitar, no futuro, segundo o noticiário, ações que o governo considerou "abusivas" no movimento dos servidores federais.

O governo estaria consultando a Advocacia-Geral da União, que teria orientado a inclusão, no projeto, de punição para ações "abusivas e ilegais". O texto deve fixar garantias de funcionamento de serviços essenciais e limites para Greves, segundo interlocutor do governo.

Esse tema precisa ser acompanhado de perto porque a judicialização do direito de Greve está levando a decisões essas sim abusivas, como a de manutenção, na Justiça Eleitoral, de 80% do quadro fora da Greve.

SITUAÇÃO PROPOSTA							
CARGO	CLAS./PAD.	ATIVOS	AP./INST.	VENC.	GAJ - 100%	REM. PROP.	REAJ. %
ANALISTA JUDICIÁRIO	C-13	13.849	10.251	6.957,41	6.957,41	13.914,82	0,33
	C-12	521	27	6.754,77	6.754,77	13.509,54	0,33
	C-11	608	25	6.558,03	6.558,03	13.116,06	0,33
	B-10	889	53	6.367,02	6.367,02	12.734,04	0,33
	B-9	433	18	6.181,57	6.181,57	12.363,14	0,33
	B-8	907	35	5.848,22	5.848,22	11.696,44	0,33
	B-7	629	19	5.677,88	5.677,88	11.355,76	0,33
	B-6	773	19	5.512,51	5.512,51	11.025,02	0,33
	A-5	1.004	25	5.351,95	5.351,95	10.703,90	0,33
	A-4	1.064	22	5.196,07	5.196,07	10.392,14	0,33
	A-3	2.977	14	4.915,86	4.915,86	9.831,72	0,33
	A-2	2.319	16	4.772,68	4.772,68	9.545,36	0,33
	A-1	1.520	5	4.633,67	4.633,67	9.267,34	0,33
	A-1	1.545	1	4.633,67	4.633,67	9.267,34	0,37
	A-1	3.668	10	4.633,67	4.633,67	9.267,34	0,41
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C-13	30.737	6.297	4.240,47	4.240,47	8.480,94	0,33
	C-12	131	26	4.116,96	4.116,96	8.233,92	0,33
	C-11	421	21	3.997,05	3.997,05	7.994,10	0,33
	B-10	1.096	13	3.880,63	3.880,63	7.761,26	0,33
	B-9	471	20	3.767,60	3.767,60	7.535,20	0,33
	B-8	793	16	3.564,43	3.564,43	7.128,86	0,33
	B-7	618	12	3.460,61	3.460,61	6.921,22	0,33
	B-6	1.057	17	3.359,82	3.359,82	6.719,64	0,33
	A-5	1.073	9	3.261,96	3.261,96	6.523,92	0,33
	A-4	1.472	9	3.166,95	3.166,95	6.333,90	0,33
	A-3	4.581	9	2.996,17	2.996,17	5.992,34	0,33
	A-2	2.932	8	2.908,90	2.908,90	5.817,80	0,33
	A-1	2.459	5	2.824,17	2.824,17	5.648,34	0,33
	A-1	2.313	4	2.824,17	2.824,17	5.648,34	0,37
	A-1	4.130	8	2.824,17	2.824,17	5.648,34	0,41
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C-13	700	105	2.511,37	2.511,37	5.022,74	0,33
	C-12	37	2	2.403,23	2.403,23	4.806,46	0,33
	C-11	61	1	2.299,74	2.299,74	4.599,48	0,33
	B-10	43	2	2.200,71	2.200,71	4.401,42	0,33
	B-9	23	1	2.105,94	2.105,94	4.211,88	0,33
	B-8	30	2	1.992,37	1.992,37	3.984,74	0,33
	B-7	42	-	1.906,58	1.906,58	3.813,16	0,33
	B-6	18	2	1.824,48	1.824,48	3.648,96	0,33
	A-5	6	1	1.745,91	1.745,91	3.491,82	0,33
	A-4	4	3	1.670,73	1.670,73	3.341,46	0,33
	A-3	15	-	1.580,63	1.580,63	3.161,26	0,33
	A-2	6	1	1.512,57	1.512,57	3.025,14	0,33
	A-1	6	-	1.447,43	1.447,43	2.894,86	0,33
	A-1	3	-	1.447,43	1.447,43	2.894,86	0,39
	A-1	139	-	1.447,43	1.447,43	2.894,86	0,46

IMPACTO MENSAL - ATIVOS:	202.274.615,38
IMPACTO MENSAL - INAT./INST. DE PENSÃO:	50.318.738,27
IMPACTO ANUAL ATIVOS (com férias e 13º salário):	2.696.320.622,95
IMPACTO ANUAL - INAT./INST. DE PENSÃO (c/ 13ºsal.):	654.143.597,57
IMPACTO ANUAL TOTAL (sem contrib. prev. patronal):	3.350.464.220,52
CONTR. PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - ATIVOS (22%):	593.190.537,05
CUSTO TOTAL DO PCS COM CARGO EFETIVO:	3.229.280.896,43
GASTO DE PESSOAL PARA 2013:	19.578.709.323,00
DIFERENÇA EM RELAÇÃO À PROPOSTA ORIGINAL:	(4.170.239.328,64)
EXTINÇÃO DA OPÇÃO DAS FC'S:	(714.373.861,14)
TOTAL DA REDUÇÃO (PROPOSTA ORIGINAL):	(4.884.613.189,78)
VARIAÇÃO DO GASTO DE PESSOAL COM O PCS (%):	16,49
REAJUSTE PROPOSTO PELO GOVERNO (15,8%):	3.093.436.073,03
DIFERENÇA ENTRE AS PROPOSTAS:	135.844.823,40

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTB 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares